
UNIDADE I

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Capítulo 1 Direito Constitucional e Constituição	3
1. Considerações Iniciais	3
2. Direito Constitucional: Conceito	4
3. Direito Constitucional: Origem e Evolução	5
4. Direito Constitucional: Objeto	7
5. Direito Constitucional: Conteúdo Científico.....	9
5.1. Direito Constitucional Especial (Interno, Positivo ou Particular)	9
5.2. Direito Constitucional Comparado.....	9
5.3. Direito Constitucional Geral.....	10
6. Constitucionalismo	11
6.1. Conceito e Origem	11
6.2. Antecedentes da Constituição Escrita	11
7. Constituição: Conceito	12
7.1. Conceito Material.....	12
7.2. Conceito Formal	13
7.3. Conceito Moderno	14
7.4. Conceito Valorativo.....	14
7.5. Conceito de Constituição Ideal.....	14
7.6. Conceito de Constituição Real.....	15
7.7. Crítica aos Conceitos Anteriores.....	15
8. Concepções sobre as Constituições	15
8.1. Constituição em Sentido Político.....	15
8.2. Constituição em Sentido Sociológico.....	16
8.3. Constituição em Sentido Jurídico	16
8.4. Crítica de José Afonso da Silva	17
9. Fontes de Direito Constitucional.....	18
10. Sistema Constitucional.....	18
Capítulo 2 Tipologia Constitucional.....	20
1. Quanto à Forma.....	20
2. Quanto ao Modo de Elaboração	22
3. Quanto à Origem	23

4.	Quanto ao Conteúdo.....	24
5.	Quanto à Estabilidade	26
6.	Quanto à Finalidade.....	29
7.	Quanto à Extensão	29
8.	Quanto à Correspondência com a Realidade	30
9.	Quanto à Ideologia.....	31
10.	Constituições Nominalistas e Semânticas	31
11.	Quanto à Sistemática.....	31
12.	Constituições Liberais (Negativas) e Sociais (Dirigentes)	31
13.	Classificação da Constituição da República de 1988.....	32
14.	Breve Histórico das Constituições Brasileiras.....	33
Capítulo 3 Normas Constitucionais.....		35
1.	Considerações Iniciais	35
2.	Validade, Vigência e Eficácia.....	38
3.	Classificação das Normas Constitucionais	39
3.1.	Classificação Norte-Americana	39
3.2.	Classificação de Azzaritti	39
3.3.	Classificação de Crisafulli	39
3.4.	Classificação de Ruy Barbosa.....	39
3.5.	Classificação de Luís Roberto Barroso.....	40
3.6.	Classificação de Celso Bastos e Carlos Ayres Britto	40
3.7.	Classificação de Zagrebelski	40
3.8.	Classificação de Maria Helena Diniz	41
3.9.	Classificação de José Afonso da Silva.....	41
3.10.	Normas Constitucionais de Eficácia Exaurida.....	44
Capítulo 4 Interpretação da Constituição.....		45
1.	Considerações Iniciais	45
1.1.	O Problema da Interpretação.....	45
1.2.	Conceito e Importância da Interpretação	45
1.3.	Métodos de Interpretação da Norma	46
1.4.	Elementos de Interpretação	47
1.5.	Integração da Norma Jurídica.....	47
2.	Interpretação Constitucional	48
2.1.	Hermenêutica Constitucional	49
3.	Métodos de Interpretação Constitucional	50
3.1.	Método Interpretativo da Concretização	50
3.2.	Método Integrativo ou Científico-Espiritual	50
3.3.	Método da Interpretação Conforme a Constituição	51
4.	Princípios de Interpretação Constitucional	51
4.1.	Princípio da Supremacia Constitucional.....	52
4.2.	Princípio da Unidade da Constituição	52
4.3.	Princípio das Bases Principiológicas	53
4.4.	Princípio da Máxima Efetividade	54
4.5.	Princípio da Concórdância Prática ou da Harmonização	54
4.6.	Princípio do Efeito Integrador.....	54
4.7.	Princípio da Força Normativa da Constituição	54
4.8.	Princípio do Conteúdo Implícito dos Dispositivos Constitucionais	55

4.9.	Princípio da Conformidade Funcional.....	55
4.10.	Princípio da Imperatividade dos Dispositivos Constitucionais.....	55
4.11.	Princípio do Sentido Usual das Normas Constitucionais.....	55
4.12.	Princípio da Simetria Constitucional.....	55
4.13.	Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Normas Infraconstitucionais.....	55
5.	Interpretação da Constituição Segundo as Leis.....	55
6.	Teoria dos Poderes Implícitos.....	56
7.	Interpretação Evolutiva.....	56
8.	Integração Constitucional.....	56
9.	O Valor do Preâmbulo Constitucional como Elemento de Interpretação da Constituição.....	58
Capítulo 5 Poder Constituinte, Supremacia, Vigência e Aplicabilidade da Constituição		59
1.	Considerações Iniciais.....	59
2.	A Titularidade do Poder Constituinte.....	61
3.	Poder Constituinte Originário.....	62
4.	Características do Poder Constituinte.....	62
5.	Poder Constituinte Derivado.....	64
5.1.	Poder Constituinte Derivado Decorrente.....	64
5.2.	Poder Constituinte Derivado.....	66
5.2.1.	Poder de Regular o Texto Constitucional.....	66
5.2.2.	Poder de Reformar o Texto Constitucional.....	67
Capítulo 6 Constituição Nova, Constituição Anterior e Legislação Infraconstitucional		71
1.	Supremacia da Constituição.....	71
2.	Vigência da Constituição.....	71
3.	Aplicabilidade Imediata da Nova Constituição.....	72
4.	Constituição Nova, Constituição Anterior e Legislação Infraconstitucional.....	74
4.1.	Constituição Nova <i>versus</i> Constituição Anterior.....	74
4.2.	Constituição Nova <i>versus</i> Legislação Ordinária Anterior.....	75
4.3.	Constituição Nova <i>versus</i> Legislação Infraconstitucional Superveniente.....	78
Capítulo 7 Princípios Fundamentais		79
1.	Introdução.....	79
2.	Formas de Estado.....	79
3.	Formas de Governo.....	81
4.	Regimes de Governo.....	81
5.	Estado Democrático de Direito.....	83
6.	Fundamentos da República.....	84
6.1.	Soberania.....	84
6.2.	Cidadania.....	84
6.3.	Dignidade da Pessoa Humana.....	84
6.4.	Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa.....	85
6.5.	Pluralismo Político.....	85
7.	Titularidade e Exercício do Poder.....	85
8.	Princípio da Separação das Funções.....	86
9.	Objetivos da República.....	88
10.	Princípios da República Federativa do Brasil nas suas Relações Internacionais.....	88

UNIDADE II

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 1 Prolegômenos	93
1. Conceito de Direitos Fundamentais.. Diferença entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	93
2. Classificação dos Direitos Fundamentais	94
2.1. Direitos Fundamentais de Primeira Geração (ou Dimensão).....	94
2.2. Direitos Fundamentais de Segunda Geração (ou Dimensão).....	95
2.3. Direitos Fundamentais de Terceira Geração (ou Dimensão).....	96
2.4. Direitos Fundamentais de Quarta Geração (ou Dimensão)	96
2.5. Direitos Fundamentais de Quinta Geração (ou Dimensão)	96
3. Caráter Aberto e Mutável	97
4. Titularidade	97
5. Pólo Ativo e Pólo Passivo	98
6. Relações Privadas	99
7. Caráter Relativo.....	99
8. Colisão entre Direitos Fundamentais	99
9. Restrições Normativas	100
10. Direitos x Garantias.....	100
11. Características dos Direitos Fundamentais	101
Capítulo 2 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	102
1. Noções Iniciais.....	102
2. Tratamento Constitucional	103
2.1. O <i>Caput</i>	103
2.2. Princípio da Isonomia	103
2.3. Igualdade Entre Homens e Mulheres.....	105
2.4. Princípio da Legalidade.....	106
2.5. Liberdade de Manifestação do Pensamento	107
2.6. Direito de Resposta e Indenização	107
2.7. Liberdade de Consciência e de Crença	108
2.8. Escusa de Consciência.....	109
2.9. Direito à Liberdade de Expressão	109
2.10. Inviolabilidade da Vida Privada, da Honra e da Imagem.....	110
2.11. Inviolabilidade Domiciliar.....	113
2.12. Sigilo da Correspondência, das Comunicações Telegráficas, de Dados e das Comunicações Telefônicas	114
2.13. Liberdade de Exercício de Trabalho, Ofício e Profissão.....	116
2.14. Liberdade de Locomoção	116
2.15. Direito de Reunião	117
2.16. Liberdade de Associação.....	118
2.17. Criação de Associações e Cooperativas	118
2.18. Dissolução Compulsória de Associações e Suspensão de suas Atividades	118
2.19. Representação Processual das Associações.....	119
2.20. Direito à Propriedade e sua Função Social.....	119
2.21. Desapropriação	120
2.22. Requisição Administrativa	122
2.23. Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural.....	122
2.24. Direito de Herança	123

2.25.	Direito de Obter Informações dos Órgãos Públicos	123
2.26.	Direito de Certidão.....	123
2.27.	Princípio da Inafastabilidade da Tutela Jurisdicional.....	124
2.28.	Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	126
2.29.	Vedação aos Juízos e Tribunais de Exceção, Juiz Natural e Promotor Natural.....	128
2.30.	Tribunal do Júri.....	129
2.31.	Princípio da Legalidade Penal.....	130
2.32.	Retroatividade da Lei Penal Benéfica	131
2.33.	Racismo	131
2.34.	Crimes Hediondos, Tráfico, Tortura e Terrorismo	132
2.35.	Princípio da Personalização da Pena.....	133
2.36.	Individualização da Pena.....	134
2.37.	Sanções Penais Vedadas.....	135
2.38.	Extradição.....	135
2.39.	Princípio do Devido Processo Legal.....	137
2.40.	Contraditório e Ampla Defesa	139
2.41.	Inadmissibilidade das Provas Ilícitas.....	141
2.41.1.	As Limitações Constitucionais ao Direito à Prova	141
2.41.2.	Aspectos Processuais da Instrução Probatória.....	142
2.41.3.	Provas Ilícitas e Provas Ilegítimas	142
2.41.4.	Princípio da Razoabilidade e a Prova Ilícita Pro Reo	142
2.41.5.	A Questão das Provas Ilícitas por Derivação	143
2.41.6.	Conseqüências processuais da prova ilícita.....	144
2.42.	Princípio da Presunção de Inocência	144
2.43.	Identificação Criminal.....	146
2.43.1.	A Aplicabilidade do inciso LVIII	147
2.44.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	148
2.45.	Princípio da Publicidade dos Atos Processuais	148
2.46.	Prisão.....	149
2.47.	Princípio da Não Auto-incriminação	149
2.48.	Liberdade Provisória.....	150
2.49.	Prisão Civil.....	151
2.50.	Assistência Jurídica Integral e Gratuita	152
2.51.	Razoabilidade e Celeridade Processual	153
2.52.	Imediata Aplicabilidade dos Direitos e Garantias Fundamentais.....	154
2.53.	Os Tratados Internacionais como Leis Ordinárias	155
2.54.	Tratados Internacionais como Normas Constitucionais Derivadas	155
2.55.	A Internacionalização da Jurisdição Penal	157

Capítulo 3 Remédios Constitucionais..... 158

1.	Considerações Iniciais.....	158
2.	<i>Habeas Corpus</i>	158
2.1.	<i>Habeas Corpus</i> : Origem, Conceito e Natureza Jurídica	159
2.2.	Espécies	159
2.3.	Legitimação Ativa.....	159
2.4.	Legitimação Passiva.....	160
2.5.	Peculiaridades Processuais.....	160
2.6.	Hipóteses de Cabimento de <i>Habeas Corpus</i>	161

2.7.	Hipóteses de Descabimento de <i>Habeas Corpus</i>	162
2.8.	Competência.....	163
2.8.1.	Competência da Justiça Federal de Primeira Instância.....	163
2.8.2.	Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	163
2.8.3.	Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	164
2.8.4.	Competência do TSE.....	164
2.8.5.	Competência da Justiça do Trabalho.....	164
2.8.6.	Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	164
2.8.7.	Competência do Supremo Tribunal Federal.....	164
2.8.8.	<i>Habeas Corpus</i> contra Atos de Membros do Ministério Público.....	165
2.8.9.	<i>Habeas Corpus</i> contra Ato Monocrático ou Colegiado de Tribunais de Justiça ou de Tribunais Regionais Federais.....	165
3.	Direito de Petição.....	166
4.	Direito de Certidão.....	167
5.	Mandado de Injunção.....	168
5.1.	Conceito.....	168
5.2.	Legitimação Ativa.....	170
5.3.	Legitimação Passiva.....	170
5.4.	Competência.....	170
5.5.	Hipóteses de Descabimento.....	171
5.6.	Eficácia da Decisão.....	171
5.7.	Descabimento de Medida Liminar.....	173
5.8.	Diferenças entre o Mandado de Injunção e a ADIn por Omissão.....	173
6.	<i>Habeas Data</i>	174
6.1.	Noções Gerais.....	174
6.2.	Informações Sigilosas.....	174
6.3.	Finalidade.....	175
6.4.	Cabimento.....	176
6.5.	Legitimação Ativa.....	177
6.6.	Legitimação Passiva.....	177
6.7.	Competência.....	177
7.	Ação Popular.....	178
7.1.	Noções Gerais.....	178
7.2.	Legitimidade Ativa.....	179
7.3.	Objeto da Ação Popular.....	180
7.4.	Legitimação Passiva.....	181
7.5.	Competência para Julgar Ação Popular.....	181
7.6.	Peculiaridades Processuais.....	182
8.	Mandado de Segurança.....	184
8.1.	Conceito.....	184
8.2.	Natureza Residual do Mandado de Segurança.....	185
8.3.	Partes do Mandado de Segurança.....	185
8.3.1.	Sujeito Ativo: Impetrante.....	185
8.3.2.	Sujeito Passivo: Impetrado.....	186
8.4.	Espécies de Mandado de Segurança.....	188
8.5.	Conceito de Direito Líquido e Certo.....	189
8.6.	Natureza Jurídica do Mandado de Segurança.....	189
8.7.	Cabimento do Mandado de Segurança.....	190

8.8.	Descabimento do Mandado de Segurança	191
8.9.	Competência	192
8.10.	Prazo para Impetração.....	194
8.11.	Concessão de Medida Liminar.....	194
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo	195
Capítulo 4 Direitos Sociais		199
1.	Noções Gerais	199
2.	Estruturação Constitucional da Matéria.....	200
3.	Direitos Sociais.....	200
4.	Princípio da Proibição de Retrocesso Social.....	201
5.	Beneficiários dos Direitos Sociais.....	202
6.	Direitos Sociais Relativos ao Trabalho.....	202
7.	Direitos Individuais dos Trabalhadores.....	202
7.1.	Proteção contra Despedida Arbitrária ou sem Justa Causa	204
7.2.	Seguro-desemprego.....	204
7.3.	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	205
7.4.	Direitos Trabalhistas Relativos ao Salário	205
7.5.	Direitos Trabalhistas Relativos às Demais Vantagens de Natureza Salarial	207
7.6.	Participação nos Lucros ou Resultados e Co-gestão	210
7.7.	Direitos Relativos à Jornada de Trabalho.....	211
7.8.	Repouso Semanal Remunerado, Licenças e Aposentadoria	212
7.9.	Proteções Trabalhistas Especiais	213
7.10.	Direitos Trabalhistas Vinculados ao Princípio da Isonomia	214
7.11.	Assistência aos Filhos e Dependentes do Trabalhador.....	215
7.12.	Prazos Prescricionais	215
8.	Direitos Coletivos dos Trabalhadores.....	216
8.1.	Liberdade de Associação Profissional ou Sindical	216
8.2.	Direito de Greve.....	218
8.3.	Participação dos Trabalhadores e Empregadores nos Órgãos Públicos	220
8.4.	Direito de Participação Laboral.....	220
Capítulo 5 Nacionalidade		221
1.	Conceitos Básicos.....	221
2.	Formas de Aquisição de Nacionalidade	222
3.	Hipóteses de Aquisição da Nacionalidade Primária ou Originária.....	223
4.	Hipóteses de Aquisição da Nacionalidade Secundária	225
5.	Portugueses Equiparados	227
6.	Isonomia entre Brasileiros Natos e Naturalizados	228
7.	Hipóteses de Perda da Nacionalidade.....	229
8.	Hipóteses Constitucionais de Polipatria.....	230
9.	Língua e Símbolos da Pátria	231
Capítulo 6 Direitos Políticos.....		232
1.	Introdução	232
2.	Direitos Políticos Positivos	232
3.	Capacidade Eleitoral Ativa	233
4.	O Voto	234
5.	Plebiscito e Referendo	235

6.	Capacidade Eleitoral Passiva	236
7.	Inelegibilidade	237
7.1.	Inelegibilidade Absoluta	237
7.2.	Inelegibilidade Relativa	237
7.2.1.	Por Motivos Funcionais.....	238
7.2.2.	Por Motivos de Casamento, Parentesco ou Afinidade	240
7.2.3.	Pela Condição de Militar	242
7.2.4.	Hipóteses Previstas em Lei Complementar	242
8.	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	242
9.	Direitos Políticos Negativos.....	243
9.1.	Hipóteses de Perda.....	243
9.1.1.	Cancelamento de Naturalização	243
9.1.2.	Outras Hipóteses.....	243
9.2.	Hipóteses de Suspensão	243
9.2.1.	Incapacidade Civil Absoluta	243
9.2.2.	Condenação Criminal	244
9.2.3.	Improbidade Administrativa	244
9.2.4.	Descumprimento de Obrigação Legal de Caráter Geral	244
9.3.	Requisição	245
10.	Princípio da Anterioridade da Lei Eleitoral.....	245
	Capítulo 7 Partidos Políticos.....	246
1.	Considerações Gerais	246
2.	Disciplina Constitucional	247

UNIDADE III ORGANIZAÇÃO FEDERAL

	Capítulo 1 Considerações Preliminares	251
1.	Introdução	251
1.1.	Formas de Estado.....	251
1.2.	Organização e Estruturação Orgânica e Territorial do Estado.....	251
1.2.1.	Divisão Orgânica do Poder	251
1.2.2.	Divisão Territorial do Poder	252
2.	Centralização e Descentralização	253
2.1.	Concentração e Desconcentração	253
2.2.	Parcerias.....	253
2.3.	Organizações Sociais	254
2.4.	O Órgão Público	254
3.	Requisitos para Existência de uma Federação.....	255
4.	Distorções do Pacto Federativo	256
5.	Distinção entre Soberania e Autonomia.....	256
	Capítulo 2 Organização Federal.....	258
1.	Introdução	258
1.1.	Origem do Estado Federal.....	258
1.2.	Federalismo Integrativo e Federalismo Devolutivo	258
1.3.	Indissolubilidade e Autonomia.....	259
1.4.	Especificidades do Modelo Brasileiro.....	260

1.5.	Brasília	260
1.6.	Territórios Federais	260
2.	Incorporação, Subdivisão ou Desmembramento de Estados	262
3.	Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios	263
4.	Vedações Constitucionais de Natureza Federativa	263
4.1.	O Estado Laico	264
4.2.	Recusa de Fé Pública	264
4.3.	Isonomia de Tratamento	264
5.	Os Entes Federados	264
5.1.	A União	264
5.1.2.	Bens da União	265
5.2.	Os Estados-membros	266
5.2.1.	Auto-organização e Autolegislação	267
5.2.2.	Autogoverno	268
5.2.3.	Auto-administração	269
5.2.4.	Bens dos Estados	270
5.3.	Os Municípios	270
5.3.1.	Foro por Prerrogativa de Função dos Prefeitos	274
5.3.2.	Fiscalização do Município	276
5.4.	O Distrito Federal	276
6.	Repartição de Competências	277
6.1.	Noções Gerais	277
6.2.	Classificação	278
6.3.	Modelo Brasileiro de Repartição de Competências	279
6.3.1.	Princípio da Predominância do Interesse	279
6.4.	Repartição Vertical e Horizontal de Competências	280
6.5.	Competências Administrativas e Legislativas	281
6.6.	Competência Exclusiva da União	282
6.7.	Competência Privativa da União	283
6.8.	Competência Comum da União, dos Estados, do DF e dos Municípios	285
6.9.	Competência Legislativa Concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal	285
6.10.	Competência dos Estados-membros	287
6.11.	Competência do Distrito Federal	287
6.12.	Competência dos Municípios	288
7.	Intervenção	289
7.1.	Noções Gerais	289
7.2.	Hipóteses de Intervenção	290
7.3.	Modalidades de Intervenção	290
7.4.	Procedimento de Intervenção	291
7.5.	Decreto Interventivo	292
Capítulo 3 Prolegômenos do Direito Administrativo		294
1.	Introdução	294
2.	Estado, Poder e Direito Administrativo	294
2.1.	Conceito de Direito Administrativo	294
3.	Noções Básicas para a Compreensão do Direito Administrativo	295
4.	Interpretação do Direito Administrativo	295
4.1.	Desigualdade Jurídica entre Administração e Administrados	295

4.2.	Presunção de Legalidade e Legitimidade dos Atos da Administração	296
4.3.	Necessidade de Poderes Discricionários para a Administração Atender ao Interesse Público.....	296
5.	Distinção entre Governo e Administração	297
6.	Modos de Atuação da Administração Pública	297
7.	Poderes Administrativos.....	297
7.1.	Poder Vinculado ou Regrado.....	297
7.2.	Poder Discricionário.....	297
7.3.	Poder Hierárquico.....	297
7.4.	Poder Disciplinar	297
7.5.	Poder Regulamentar	298
7.6.	Poder de Polícia	298
8.	Ato Administrativo.....	298
9.	Elementos do Ato Administrativo.....	298
10.	Contratos da Administração Pública.....	299
11.	Atributos do Ato Administrativo	299
12.	Procedimento Administrativo.....	300
13.	Desfazimento dos Atos Administrativos.....	300
14.	Controle Judicial dos Atos Administrativos	300
15.	Domínio Público.....	301
16.	Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico.....	301
Capítulo 4 Princípios da Administração Pública		303
1.	Princípios Informativos	303
2.	Princípios Constitucionais da Administração Pública	303
2.1.	Princípio da Legalidade.....	303
2.2.	Princípio da Impessoalidade.....	305
2.3.	Princípio da Moralidade	307
2.4.	Princípio da Publicidade	308
2.5.	Princípio da Eficiência.....	309
3.	Outros Princípios Relevantes.....	310
3.1.	Princípios Fundamentais da Administração Federal	311
3.2.	Princípios Gerais do Direito	311
3.3.	Princípios Gerais do Direito Administrativo	311
4.	Organização da Administração Pública Federal	314
Capítulo 5 Administração Pública.....		316
1.	Análise do Art. 37 da Constituição da República.....	316
2.	Acessibilidade	316
3.	Concursos Públicos.....	317
3.1.	Prazo de Validade dos Concursos	317
3.2.	Seleções por Currículo	317
4.	Funções de Confiança e Cargos em Comissão	318
5.	Associação Sindical e Direito de Greve	319
6.	Tratamento Diferenciado para Deficientes	319
7.	Contratações Excepcionais	320
8.	Fixação e Revisão do Subsídio.....	320
8.1.	Regime Remuneratório dos Agentes Públicos	320
8.2.	Distinção entre Remuneração, Subsídio e Vencimento.....	320
8.3.	Observações Relevantes.....	321
9.	Teto e Limites entre os Poderes	321

9.1. Teto e Vantagens Pessoais	322
10. Isonomia, Vinculação e Equiparação Remuneratória	322
11. Acréscimos Pecuniários	322
12. Irredutibilidade do Subsídio	322
13. Acumulação Remunerada no Serviço Público	323
13.1. Acumulação entre Aposentadoria e Remuneração	323
13.2. Acumulação de Proventos	324
14. Precedência da Administração Fazendária	324
15. Criação de Entes	324
16. Licitações	324
16.1. Princípios Aplicáveis às Licitações	325
16.1.1. Formalismo	325
16.1.2. Publicidade dos Atos	325
16.1.3. Isonomia entre os Licitantes	325
16.1.4. Sigilo na Apresentação das Propostas	326
16.1.5. Vinculação ao Edital	326
16.1.6. Julgamento Objetivo	326
16.1.7. Adjudicação Obrigatória ao Vencedor	326
16.1.8. Competitividade	327
17. Administrações Tributárias	327
18. Publicidade	327
19. Nulidade de Ato e Punição da Autoridade Responsável	328
20. Participação do Usuário na Administração Pública	328
21. Probidade Administrativa	328
22. A Prescrição	329
23. Responsabilidade Civil da Administração	329
24. Controle de Informações Privilegiadas	329
25. Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira	329
26. Teto Remuneratório nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	332
27. Acumulação de Proventos com a Remuneração	332
28. Exclusão das Parcelas Indenizatórias	332
29. Teto Remuneratório na Administração Pública Direta	332
30. Servidores e Mandato Eletivo	333
31. Regime Previdenciário dos Agentes Públicos	333
31.1. Introdução	333
31.2. Agentes Não-sujeitos a este Regime de Previdência	333
31.3. Sistemas de Aposentadoria	333
32. Estabilidade	334
33. Servidores Militares nos Estados	334
Capítulo 6 Agentes Públicos	336
1. Introdução	336
2. Classificação	336
3. Agentes Políticos	337
4. Agentes Administrativos	337
5. Servidores Públicos Stricto Sensu (Funcionários Públicos)	339
6. Empregados Públicos	339
7. Agentes ou Servidores Temporários	341

8.	Organização da Estrutura dos Servidores	341
8.1.	Cargo Público	342
8.2.	Emprego Público.....	342
8.3.	Função Pública	342

Capítulo 7 Responsabilidade Civil da Administração..... 343

1.	Introdução	343
2.	Estabelecimento da Responsabilidade	345
3.	Danos Causados por Agentes Públicos	346
4.	Danos Causados por Abuso de Autoridade.....	346
5.	Danos Resultantes de Omissão ou Retardamento da Atividade do Estado.....	346
6.	Danos por Atos Legislativos	346
7.	Danos por Atos Judiciários.....	346
8.	Responsabilidade por Dano Nuclear	346
9.	Responsabilidade Social	346
10.	Ação de Indenização	347
11.	Ação Regressiva.....	347
	Diagramas	348

UNIDADE IV FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO ESTADO

Capítulo 1 Unidade e Tripartição das Funções do Estado..... 359

1.	Introdução	359
2.	O Papel Básico do Estado.....	359

Capítulo 2 Estrutura e Competência do Poder Legislativo 360

1.	Noções Gerais	360
2.	Poder Legislativo Federal	361
3.	Câmara dos Deputados	362
4.	Senado Federal.....	364
5.	Quorum para Deliberação Legislativa.....	365
6.	Competências do Congresso Nacional.....	365
6.1.	Competências do Congresso Nacional com Sanção do Presidente da República	365
6.2.	Competências Exclusivas do Congresso Nacional.....	366
7.	Competências Privativas da Câmara dos Deputados.....	366
8.	Competências Privativas do Senado Federal.....	367
9.	Competência Convocatória das Casas Legislativas Federais ou de suas Comissões	368
10.	Das Reuniões	369
11.	Das Comissões	371
12.	Comissões Parlamentares de Inquérito.....	373
12.1.	Fato Determinado	373
12.2.	Prazo Certo	374
12.3.	O Papel do Advogado	374
12.4.	Direito ao Silêncio.....	375
12.5.	CPIs Simultâneas.....	375
12.6.	Imunidade Material dos Integrantes de uma CPI.....	375
12.7.	Publicidade dos Dados Protegidos pela Garantia do Sigilo.....	375
12.8.	Indígenas	376

12.9.	Autonomia da CPI e seus Limites	376
12.10.	Poderes das CPIs	377
13.	Estatuto dos Congressistas	379
13.1.	Imunidades	379
13.2.	Imunidade Material ou Inviolabilidade	379
13.3.	Imunidade Formal	380
13.3.1.	Imunidade Formal Relativa a Prisão	381
13.3.2.	Imunidade Formal Relativa a Processo-Crime	382
13.4.	Foro por Prerrogativa de Função	384
13.5.	Informações Recebidas em Razão do Mandato	385
13.6.	Incorporação às Forças Armadas	385
13.7.	Suspensão das Imunidades durante o Estado de Sítio	385
13.8.	Incompatibilidades	385
13.9.	Perda do Mandato	386
13.10.	Deputados Estaduais	388
13.11.	Vereadores	388
Capítulo 3 Processo Legislativo		390
1.	Noções Gerais	390
1.1.	Breve Histórico	390
1.2.	Conceito	390
2.	Espécies Normativas	391
3.	Processo Legislativo Ordinário ou Comum	393
3.1.	Fase Introdutória	393
3.1.1.	Breve Histórico da Iniciativa no Brasil	393
3.1.2.	Conceito de Iniciativa Legislativa	394
3.1.3.	Classificação da Iniciativa	394
3.1.4.	Iniciativa Reservada do Presidente da República	395
3.1.5.	Iniciativa Reservada do STF, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça	396
3.1.6.	Iniciativa Concorrente da Lei de Organização do Ministério Público	396
3.1.7.	Iniciativa Legislativa Concorrente em Matéria Tributária	396
3.1.8.	Outros Temas Relacionados à Iniciativa Legislativa Reservada	397
3.2.	Fase Constitutiva	398
3.2.1.	Emendas/Subemendas/Substitutivos	398
3.2.2.	Votação	398
3.2.3.	Discussão	399
3.2.4.	Atuação das Comissões Parlamentares	400
3.2.5.	Atuação do Plenário das Casas Legislativas	400
3.2.6.	Papel da Casa Revisora	401
3.2.7.	Atuação do Presidente da República	402
3.2.7.1.	Sanção	402
3.2.7.2.	Veto	403
3.3.	Fase Complementar	407
3.3.1.	Promulgação	407
3.3.2.	Publicação	407
4.	Procedimento Legislativo Sumário	408
5.	Lei Complementar	409
6.	Procedimentos Legislativos Especiais	409

6.1.	Processos de Modificação da Constituição.....	410
6.1.1.	Limitações ao Poder Constituinte Derivado Reformador.....	411
6.1.1.1.	Limitações Temporais.....	412
6.1.1.2.	Limitações Circunstanciais.....	412
6.1.1.3.	Limitações Processuais ou Formais.....	412
6.1.1.3.1.	Iniciativa.....	413
6.1.1.3.2.	Deliberação e Votação.....	413
6.1.1.3.3.	Promulgação.....	413
6.1.1.3.4.	Irrepetibilidade.....	413
6.1.1.4.	Limitações Materiais Expressas.....	414
6.1.1.5.	Limitações Materiais Implícitas.....	414
6.2.	Medidas Provisórias.....	415
6.2.1.	Limitações Materiais.....	415
6.2.2.	Processo Legislativo das Medidas Provisórias.....	416
6.2.3.	Prazo de Eficácia.....	417
6.2.4.	Perda da Eficácia.....	418
6.2.5.	Reedição.....	418
6.2.6.	Retirada e Revogação.....	419
6.2.7.	Controle dos Pressupostos Constitucionais de Urgência e Relevância.....	419
6.2.8.	Instituição e Majoração de Tributos por Medida Provisória.....	419
6.2.9.	O art. 246 da Constituição da República.....	421
6.2.10.	Medidas Provisórias Anteriores à EC nº 32/2001.....	421
6.3.	Leis Delegadas.....	421
6.4.	Decretos Legislativos.....	423
6.5.	Resoluções.....	423
7.	Processo Legislativo nos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	424
Capítulo 4 Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.....		425
1.	Controle Externo Financeiro-orçamentário.....	425
2.	Atribuições do Tribunal de Contas da União.....	426
3.	Composição do Tribunal de Contas da União.....	428
Capítulo 5 Poder Executivo.....		430
1.	Introdução.....	430
2.	Investidura no Cargo.....	430
3.	Posse.....	431
4.	Vacância.....	432
5.	Atribuições do Presidente da República.....	433
6.	Vice-Presidente da República.....	434
7.	Ministros de Estado.....	435
8.	Responsabilidade do Presidente, Prerrogativa de Foro e Imunidades.....	435
8.1.	Prerrogativa de Foro.....	436
8.2.	Imunidades Formais.....	436
8.3.	Crimes Comuns.....	437
8.4.	Crimes de Responsabilidade do Presidente da República.....	438
9.	Conselhos da República e de Defesa Nacional.....	439
10.	Governadores de Estado.....	439

Capítulo 6 Poder Judiciário.....	442
1. Introdução	442
2. Funções do Poder Judiciário	442
3. Juizados Especiais, Justiça de Paz e Meios Alternativos para Solução de Conflitos	442
4. Escolha dos Magistrados	443
5. Independência e Autonomia	444
5.1. Autonomia Administrativa e Financeira	444
6. Controle Externo do Poder Judiciário.....	445
6.1. Noções Iniciais.....	445
6.2. O Conselho Nacional de Justiça	445
6.3. As Atribuições do Conselho Nacional de Justiça.....	446
6.4. Fim do Recesso Forense e Distribuição Imediata dos Processos.....	446
6.5. Federalização dos Crimes Contra Direitos Humanos	446
7. Garantias aos Magistrados	447
7.1. Vitaliciedade	447
7.2. Inamovibilidade	447
7.3. Irredutibilidade de Vencimentos.....	447
7.4. Remuneração	448
7.5. Aposentadoria.....	448
8. Estrutura Orgânica.....	449
9. Estrutura e Competência do Supremo Tribunal Federal	451
10. Estrutura e Competência dos Tribunais Superiores.....	452
10.1. O Órgão Superior da Justiça Comum	452
10.1.1. Recurso Especial	453
10.2. Tribunal Superior do Trabalho	453
10.2.1. Extinção dos Juizes Classistas.....	453
10.2.2. Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho	454
11. Execução Contra a Fazenda Pública	454
11.1. Considerações Preliminares.....	454
11.2. Análise da Lei nº 10.009/2000	456
11.3. Comentando o art. 100 da Constituição da República.....	457
11.4. O Parcelamento Decenal dos Precatórios.....	459
11.5. Enunciados do Conselho da Justiça Federal	461
12. Juizados Especiais Federais	462
12.1. Breve Histórico.....	462
12.2. Conciliação e Transação	463
13. Da Súmula Vinculante.....	463
Capítulo 7 Funções Essenciais à Justiça	466
1. Considerações Iniciais.....	466
2. Funções Essenciais à Justiça	466
3. Ministério Público.....	466
3.1. Noções Gerais	466
3.2. Composição	467
3.3. Nomeação e Destituição dos Procuradores-Gerais	468
3.4. Princípios Institucionais.....	469
3.5. Autonomia Administrativa, Funcional e Orçamentário-Financeira	471
3.6. Funções Institucionais.....	472

3.6.1.	Ação Civil Pública.....	473
3.7.	Garantias Conferidas aos Membros do Ministério Público	475
3.8.	Vedações Constitucionais aos Membros do Ministério Público	475
3.9.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	476
3.10.	Ministério Público e os Tribunais de Contas	478
4.	Advocacia Pública	478
4.1.	Advocacia-Geral da União	478
4.2.	Advocacia.....	479
4.3.	Defensoria Pública	480
4.3.1.	Defensoria Pública e a Lei Complementar nº 98/1999	480
4.4.	Remuneração das Advocacias Públicas	481

UNIDADE V

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 1 Introdução ao Estudo do Controle de Constitucionalidade das Leis..... 485

1.	Considerações Preliminares.....	485
2.	Evolução Histórica do Controle de Constitucionalidade.....	485
2.1.	Introdução	485
2.2.	Grécia	486
2.3.	Roma	486
2.4.	Inglaterra	486
2.5.	Alemanha.....	486
2.6.	França.....	487
2.7.	Estados Unidos da América.....	488
2.8.	Surgimento do Controle no Brasil	488
3.	Conceito de Inconstitucionalidade	489
4.	Tipos de Inconstitucionalidades	491
5.	Inconstitucionalidade Material e Princípio da Razoabilidade	491
6.	Inconstitucionalidade Formal e Processo Legislativo	492
7.	A Constitucionalidade das Medidas Provisórias.....	492
8.	Inconstitucionalidade Preventiva e Repressiva.....	495
9.	O Controle da Constituição sobre o Ordenamento Jurídico Preexistente	497
9.1.	Teoria da Revogação.....	498
9.2.	Teoria da Recepção.....	499
9.3.	Teoria da Repristinação	500
9.4.	Teoria da Desconstitucionalização	502

Capítulo 2 Ação Direta de Inconstitucionalidade..... 504

1.	Conceito	504
2.	A Competência e o Sistema Concentrado	504
3.	Objeto.....	504
4.	Legitimação Ativa.....	506
5.	A Pertinência Temática	507
6.	A Concessão de Medidas Cautelares.....	509
7.	A Questão Política das Cautelares.....	511
8.	Contraditório	512
9.	<i>Amicus Curiae</i>	513
10.	Eficácia da Decisão Definitiva.....	515

11. A Natureza Jurídica do Ato Inconstitucional	516
12. Os Efeitos das Decisões na Ação Direta de Inconstitucionalidade	517
13. A Declaração de Inconstitucionalidade Progressiva (Art. 27 da Lei nº 9.868/1999)	518
Capítulo 3 Ação de Inconstitucionalidade por Omissão	520
1. Considerações Preliminares	520
2. Objeto	521
3. Legitimação Ativa	521
4. Contraditório	521
5. Competência	522
6. A Concessão de Medidas Cautelares	522
7. Eficácia da Decisão	523
8. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão e Mandado de Injunção	523
9. Posição do STF em Relação ao Mandado de Injunção	524
Capítulo 4 Representação de Inconstitucionalidade Interventiva	528
1. Considerações Preliminares	528
2. Objeto	529
3. Legitimação Ativa	529
4. Competência	529
5. Contraditório	529
6. Eficácia da Decisão	529
Capítulo 5 Ação Declaratória de Constitucionalidade	531
1. Considerações Preliminares	531
2. Objeto	531
3. Legitimação Ativa	532
4. Competência	533
5. Contraditório	533
6. Eficácia da Decisão	534
7. Concessão de Medida Cautelar	535
Capítulo 6 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	537
1. Considerações Preliminares	537
2. Conceito	538
3. Fundamento Constitucional	539
4. Precedentes no Direito Comparado	539
5. Definição de Preceito Fundamental	539
6. Objeto e Princípio da Subsidiariedade	540
7. Competência	541
8. Legitimação Ativa	541
9. Contraditório e <i>Amicus Curiae</i>	542
10. Concessão de Medida Cautelar	542
11. Efeitos da Decisão de Mérito	543
12. Paralelismos com a Lei nº 9.868/1999	543
Capítulo 7 Arguição Incidental de Inconstitucionalidade	545
1. Considerações Preliminares	545
2. A Competência e o Sistema Difuso	545
3. Objeto	546

4.	Legitimação Ativa.....	546
5.	Legitimação Passiva.....	546
6.	A Cláusula de Reserva de Plenário.....	546
7.	Eficácia da Decisão.....	548
8.	Papel do Senado Federal.....	548
9.	Vantagens e Desvantagens do Controle Difuso.....	551
10.	Federalismo e Ofensa Reflexa.....	552

UNIDADE VI DEFESA DO ESTADO E SISTEMA TRIBUTÁRIO

Capítulo 1 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas..... 563

1.	Noções Iniciais.....	563
2.	Intervenções Federal e Estadual.....	563
2.1.	Conceito.....	563
2.2.	Pressupostos Materiais.....	563
2.3.	Pressupostos Formais.....	564
2.4.	Intervenção nos Municípios.....	564
2.5.	Efeitos da Intervenção.....	564
2.6.	Intervenção sem Interventor.....	564

Capítulo 2 Estado de Defesa e Estado de Sítio..... 565

1.	Estado de Defesa.....	565
1.1.	Conceito.....	565
1.2.	Pressupostos Formais.....	565
1.3.	Incomunicabilidade do Preso.....	565
1.4.	Controle Político.....	566
1.5.	Controle Jurisdicional.....	566
2.	Estado de Sítio.....	566
2.1.	Conceito.....	566
2.2.	Pressupostos Formais.....	566
2.3.	Controle Político.....	566
2.4.	Controle Jurisdicional.....	566
2.5.	Direitos Fundamentais Suspensos.....	566

Capítulo 3 Forças Armadas e Segurança Pública..... 568

1.	Forças Armadas.....	568
1.1.	Introdução.....	568
1.2.	Estrutura das Forças Armadas.....	568
1.3.	<i>Habeas corpus</i> em Face de Punições Disciplinares.....	568
1.4.	Servidores Militares.....	569
1.5.	Serviço Militar.....	569
1.6.	Serviço Civil.....	569
1.7.	Exclusão do Serviço Militar.....	569
1.8.	Escusa de Consciência.....	569
1.9.	A Emenda Constitucional nº 23/1999.....	569
2.	Segurança Pública.....	570
2.1.	Atividades de Polícia (Segurança, Judiciária e Administrativa).....	570
2.2.	Órgãos de Polícia.....	571

Capítulo 4 Sistema Tributário Nacional	572
1. Conceito	572
2. Princípios Gerais	572
2.1. Competência Tributária e Institutos Afins.....	572
2.2. Conceito de Tributo	575
2.3. Espécies Tributárias.....	576
2.3.1. Imposto	578
2.3.2. Taxa	579
2.3.3. Contribuição de Melhoria	580
2.4. Reserva de Lei Complementar	581
2.4.1. Dispor sobre Conflitos de Competência, em Matéria Tributária, entre os Entes Federados	581
2.4.2. Regular as Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar	582
2.4.3. Estabelecer Normas Gerais em Matéria Tributária.....	582
2.5. Critérios Especiais de Tributação para Prevenir Desequilíbrios da Concorrência.....	583
2.6. Competência Cumulativa da União	584
2.7. Empréstimos Compulsórios	584
2.8. Contribuições.....	585
2.9. Contribuição de Iluminação Pública.....	587
Capítulo 5 Limitações ao Poder de Tributar	589
1. Princípios Constitucionais Tributários.....	589
1.1. Princípio da Legalidade	589
1.2. Princípio da Isonomia	590
1.3. Princípios da Anterioridade e da Noventena.....	591
1.3.1. Anterioridade Nonagesimal das Contribuições para a Seguridade Social	592
1.3.2. CIDE-Combustíveis	592
1.3.3. Medidas Provisórias	593
1.4. Irretroatividade	594
1.5. Não-Confisco	595
1.6. Liberdade de Tráfego	595
1.7. Uniformidade Geográfica	596
1.8. Vedação às Isenções Heterônomas.....	597
1.9. Não-Discriminação Tributária	597
1.10. Capacidade Contributiva.....	598
1.11. Lei Específica para a Concessão de Benefícios Fiscais	598
2. Imunidades Tributárias	599
2.1. Imunidade Recíproca	599
2.2. Imunidade Religiosa.....	600
2.3. Imunidade dos Partidos Políticos, das Entidades Sindicais de Trabalhadores e das Instituições de Educação e Assistência Social sem Fins Lucrativos	601
2.4. Imunidade dos Livros, Jornais, Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão.....	602
2.5. Outras Hipóteses de Imunidade	603
Capítulo 6 Pacto Federativo e Repartição de Competências Tributárias	604
1. Impostos da União	604
1.1. Prescrição Genérica	604
1.2. Regras Constitucionais Relativas ao Imposto de Renda.....	604
1.3. Regras Constitucionais Relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados	605
1.4. Regras Constitucionais Relativas ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.....	606

1.5.	Ouro como Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.....	607
1.6.	Competência Residual da União.....	607
1.7.	Impostos Extraordinários.....	608
2.	Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	609
2.1.	Regras Constitucionais Relativas ao IDCT.....	609
2.2.	Regras Constitucionais Relativas ao ICMS.....	609
2.3.	Regras Constitucionais Relativas ao IPVA.....	614
2.4.	O § 3º do Art. 155 da Constituição da República.....	614
3.	Impostos dos Municípios.....	615
3.1.	Regras Constitucionais Relativas ao IPTU.....	615
3.2.	Regras Constitucionais Relativas ao ITBI.....	616
3.3.	Regras Constitucionais Relativas ao ISS.....	616
4.	Repartição de Competências Tributárias.....	617
Capítulo 7 Finanças Públicas.....		619
1.	Reserva de Lei Complementar.....	619
2.	Competência para a Emissão de Moeda.....	619
3.	Vedações Constitucionais.....	620
4.	Duodécimo dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	621
5.	Despesas com Pessoal Ativo e Inativo.....	621
6.	Leis Orçamentárias.....	622
7.	Processo Legislativo das Leis Orçamentárias.....	624

UNIDADE VII ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Capítulo 1 Princípios da Ordem Econômica.....		629
1.	Introdução.....	629
2.	Princípios Gerais da Atividade Econômica.....	629
Capítulo 2 Política Urbana.....		635
1.	Da Política Urbana.....	635
2.	Usucapião Constitucional Urbano.....	636
Capítulo 3 Política Agrícola e Reforma Agrária.....		637
1.	Reforma Agrária.....	637
2.	Propriedades Insuscetíveis de Desapropriação para Fins de Reforma Agrária.....	637
3.	Usucapião Constitucional Rural.....	638
Capítulo 4 Sistema Financeiro Nacional.....		639
1.	A Desconstitucionalização do Sistema Financeiro.....	639
Capítulo 5 Seguridade Social e Saúde.....		640
1.	Necessidade de Disciplinar a Ordem Social.....	640
2.	Fundamentos da Seguridade Social.....	640
3.	Fontes de Financiamento da Seguridade Social.....	641
4.	Saúde.....	644
Capítulo 6 Seguridade Social: Previdência e Assistência Social.....		646
1.	Garantias dos Direitos Sociais.....	646
2.	Previdência Social.....	646

3.	Distinção entre Previdência e Assistência Social	648
4.	Assistência Social	648
Capítulo 7 Ordem Social.....		649
1.	Da Educação, da Cultura e do Desporto.....	649
1.1.	Educação	649
1.2.	Cultura	651
1.3.	Desporto	651
2.	Da Ciência e Tecnologia	651
3.	Da Comunicação Social.....	652
4.	Do Meio Ambiente	653
5.	Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso	654
6.	Dos Índios	655
Referências Bibliográficas		657

